

Perfil socioeconômico dos estudantes demandantes e atendidos pela assistência estudantil no Instituto Federal Fluminense Campos-Centro

Socioeconomic profile of applicants and attended students by student assistance at the Instituto Federal Fluminense Campos-Centro

Jonis Manhães Sales Felipe¹

Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goitacazes – RJ, Brasil

Resumo

Este artigo apresenta o resultado de uma pesquisa quantitativa sobre o perfil dos estudantes inscritos e selecionados nos processos seletivos de assistência estudantil do Instituto Federal Fluminense *campus* Campos-Centro, Brasil, nos anos de 2015 e 2016. Foram sistematizadas, analisadas e comparadas informações presentes nos questionários respondidos nas inscrições para os benefícios, tais como: renda *per capita*, inserção ocupacional dos responsáveis, composição e capacidade de trabalho da família, raça, origem escolar dos discentes, escolaridade do responsável e situações com impacto sobre a renda. Após a exposição, esses dados são discutidos a partir de produções acadêmicas recentes acerca das políticas sociais e de dados nacionais sobre pobreza e desemprego, o que sinaliza para um processo de agravamento das condições de vida dos estudantes em paralelo ao aumento da demanda e à focalização dos serviços para públicos cada vez mais pobres. Mais do que o retrato de uma situação particular, pretende-se oferecer, por meio deste trabalho, subsídios para o aprimoramento da efetividade da assistência estudantil a partir do debate necessário sobre sua importância e sua abrangência.

Palavras-chave: Educação, Nível socioeconômico, Assistência ao estudante.

Abstract

This article presents the results of a quantitative research on the profile of students enrolled and selected in the selective processes for student assistance at the Instituto Federal Fluminense Campos-Centro, Brazil, in the years 2015 and 2016. The information on the questionnaires was systematized, analyzed and compared, among which: per capita income, occupational insertion of household responsables, composition and work capacity of the family, race, school of origin of the students, education of the responsible and situations with impact on income. After the presentation, these data are discussed in view of recent academic productions about social policies and national data on poverty and unemployment, which signals the process of worsening of living conditions of students in parallel to the increase in demand and to the focalization of services to increasingly poor publics. More than the portrait of a particular situation, it is intended to provide, through this work, subsidies for the refinement of the effectiveness of student assistance from the necessary debate about its Importance and scope.

Keywords: Education, Socioeconomic level, Student assistance.

¹ Doutor em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), licenciado em Pedagogia pela Universidade Santo Amaro (UNISA) e bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Assistente Social do Instituto Federal Fluminense. Campos dos Goitacazes – RJ. E-mail: jonisfelippe@gmail.com
Agências de fomento: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

Introdução

A partir de 2007, via Portaria nº 39 do Ministério da Educação, ratificada e ampliada sob a forma do Decreto Federal nº 7.234 de 2010, a assistência estudantil foi institucionalizada nas instituições federais de ensino superior (IFES), tendo como objetivos “1 – a democratização das condições de permanência; 2 – a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais; 3 – a redução das taxas de retenção e evasão; 4 – a promoção da inclusão social pela educação” (BRASIL, 2010). Entende-se que essa iniciativa por parte do governo federal está articulada ao movimento mais amplo de ampliação do acesso ao ensino superior, algo bastante incentivado pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial (1994, 2002) dentro das estratégias de aumento da escolaridade da força de trabalho e de redução da pobreza em escala global.

Nesse sentido, a assistência estudantil se constitui como um conjunto de ações voltadas para a garantia de condições básicas de permanência material dos estudantes pobres, cujo acesso ao ensino superior foi bastante ampliado nos últimos quinze anos (FONAPRACE, 2011; FELIPPE, 2016). Vale ressaltar que estudos como o de Vargas (2011) têm demonstrado que os resultados dessas ações impactam não apenas na trajetória acadêmica como também na vida e no perfil socioeconômico dos estudantes e de suas famílias após a formação, reafirmando a sua importância na garantia do direito à educação.

Apesar disso, os serviços de assistência ao estudante nas IFES não possuem em geral caráter universal. Muito pelo contrário, estudos realizados Nascimento (2014), Dumaresq (2014) e Leite (2015) sinalizam para o seu constante direcionamento a públicos cada vez mais seletos. Em geral, os critérios estão centrados na renda familiar *per capita* e na origem escolar pública dos discentes, algo que, por si só, corresponderia à necessidade de pelo menos 44% dos matriculados em 2010 (FONAPRACE, 2011). Atualmente esse número certamente se ampliou, uma vez que foi implantado o sistema de cotas nas universidades e institutos federais com garantia de pelo menos 50% das vagas para pessoas que tiveram sua formação básica na rede pública (BRASIL, 2012).

Seguindo essa lógica, esse artigo apresenta uma análise aprofundada do perfil socioeconômico dos estudantes que demandaram benefícios de assistência estudantil no Instituto Federal Fluminense nos últimos dois anos. Seus resultados, mais do que refletir a situação particular de uma instituição, podem servir como base para estudos comparativos ou mesmo como subsídio para a construção de perfis em outros locais. Além disso, trabalhos como esse são ações de grande relevância para a compreensão e o aprimoramento das possibilidades e dos limites dos serviços do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O perfil dos estudantes que será apresentado e discutido neste artigo refere-se aos candidatos aos benefícios com critérios socioeconômicos nos anos de 2015 e 2016. Os anos anteriores ao início da pesquisa não utilizavam recursos de informática para inscrição e preenchimento de questionários, com posterior descarte dos materiais em papel. Sublinha-se que os indicadores sociais básicos definidos para análise são composição e renda familiar, inserção profissional dos responsáveis financeiros das famílias, escolaridade dos responsáveis, origem escolar do estudante, moradia e condições de saúde.

Para facilitar a exposição e a discussão, os dados são apresentados em dois blocos. No primeiro, as informações referentes ao total de estudantes que solicitaram algum tipo de benefício com critério socioeconômico no biênio. Em um segundo momento, os dados de perfil dos discentes selecionados. Após a explanação, essas informações são correlacionadas e discutidas em um terceiro subitem. Essa divisão pretende também comparar o perfil atualmente atendido pelo Instituto e aquele que fica de fora dos serviços, demonstrando assim a abrangência e o nível de focalização adotado em razão da capacidade orçamentária e das prioridades institucionais.

O perfil socioeconômico dos solicitantes

Inicialmente, chama atenção o crescimento no número de inscrições entre os anos de 2015 e 2016, algo que se relaciona diretamente com os efeitos das crises econômica e política que desembocaram no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e no alcance de um patamar de 14,83 milhões de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza em 2017 (IBGE, 2018). Esses dados representam um aumento de aproximadamente 1,5 milhões de pessoas vivendo nessa situação em relação ao ano de 2016, algo que vai de encontro à tendência verificada nos anos anteriores (até 2014) em que a expansão da renda e do vínculo regulado de trabalho era o pilar dos governos petistas, conforme análise feita por Felipe (2014).

Enquanto em 2015, seguindo uma tendência geral desde 2013, o número de solicitantes dos benefícios de assistência estudantil no *campus* em discussão girou em torno de mil inscrições (1030, mais precisamente); em 2016, esse contingente saltou para 1746. Isso representa um crescimento de 69% no volume de pedidos de um ano para o outro. Orçamento recebido pelo *campus* e oferta de benefícios com critérios socioeconômicos praticamente se mantiveram estáveis, sofrendo até uma pequena redução em alguns anos.

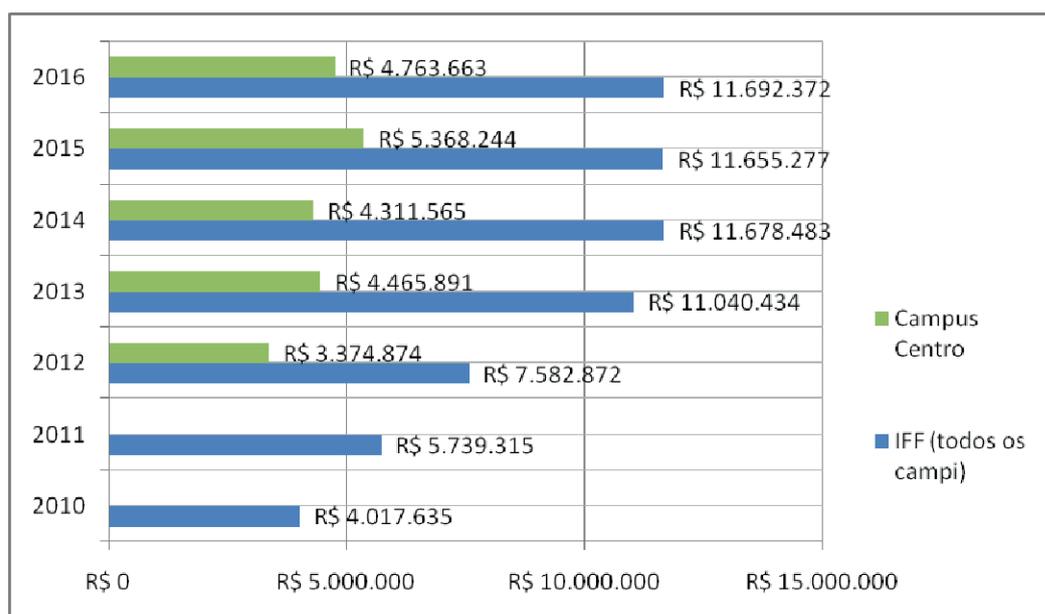


Figura 1 - Recursos recebidos para assistência ao estudante no Instituto Federal Fluminense em reais (R\$).

Fonte: BRASIL (2017). Elaboração própria.

Inevitavelmente, um aumento tão significativo de demandantes somado ao congelamento da capacidade de financiamento traria dificuldades para a equipe de assistentes sociais no momento da seleção. Paralelamente, ocorreu o bloqueio no primeiro semestre de 2016, de novas inscrições para Programa Bolsa Permanência do MEC (Ministério da Educação). Esse programa, com gestão e pagamento centralizados no próprio Ministério, ofertava bolsas de R\$ 400,00 para todos os estudantes de cursos superiores com carga horária média diária superior a 5h/aula, desde que possuíssem o perfil prioritário definido no PNAES. O programa manteve a possibilidade de novas inscrições apenas para estudantes quilombolas ou indígenas no valor de R\$ 800,00, praticamente inexistentes no *campus* (MEC, 2016).

Esse conjunto de estudantes de cursos superiores passou também a concorrer exclusivamente aos editais internos, aumentando o nível de seletividade dos benefícios. Nesse contexto, uma das mudanças mais visíveis entre os dois anos em análise diz respeito à origem escolar dos mesmos.

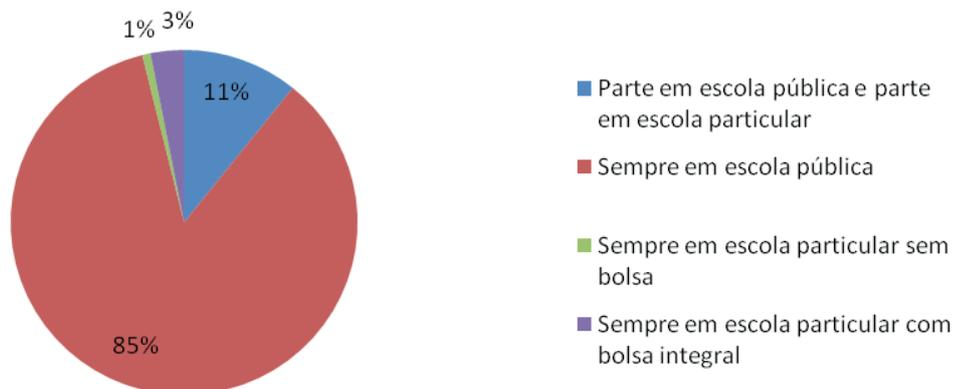


Figura 2 - Origem escolar dos estudantes inscritos no processo de seleção dos benefícios com critérios socioeconômicos do *campus* Campos-Centro do IFF em 2015.

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

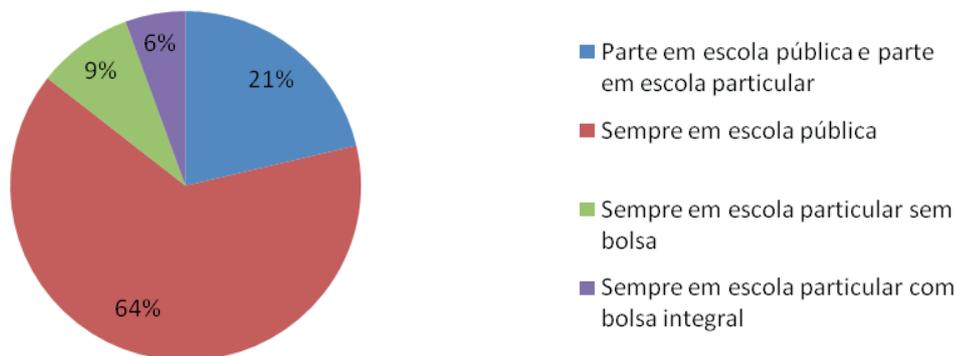


Figura 3 - Origem escolar dos estudantes inscritos no processo de seleção dos benefícios com critérios socioeconômicos do *campus* Campos-Centro do IFF em 2016.

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

Verifica-se um crescimento importante de concorrentes com trajetórias escolares anteriores ao IFF fora da escola pública, passando a responder por 36% dos pedidos ante apenas 14% em 2015. Esse aspecto é muito relevante, pois demonstra uma queda na capacidade das famílias em arcar com os custos de manutenção de seus membros mesmo em uma instituição gratuita, quando antes, além dos gastos de manutenção, eram pagas também mensalidades na maioria dos casos. Reforça-se que a origem escolar pública é um dos critérios definidos pelo PNAES e geralmente está bastante relacionada a uma renda familiar mais baixa nos estudos socioeconômicos realizados pelo Serviço Social.

Aliás, esse é outro aspecto que chamou atenção, pois não há solicitações em número significativo de estudantes com rendas fora da faixa de um salário mínimo e meio nos processos seletivos nos anos analisados, embora se note um pequeno crescimento de pedidos entre aqueles com mais de um salário mínimo *per capita* (ainda dentro do perfil prioritário do PNAES). Tal fato, associado à expansão das inscrições e à alteração na origem escolar, sinaliza para um processo de queda das rendas das famílias do conjunto dos estudantes do Instituto. Isso se ratifica pela redução percentual dos solicitantes inseridos em programas de transferência de renda de 25% em 2015 para 18% em 2016, demonstrando uma elevação de pedidos entre aqueles que, apesar de se enquadrarem no perfil de renda do PNAES, não são público da Política de Assistência Social – historicamente pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza.

Ainda relacionado a esse aspecto, chama atenção o crescimento de inscritos autodeclarados brancos em relação aos que se identificam como negros ou pardos. Enquanto as inscrições dos primeiros cresceram cerca de 90% entre 2015 e 2016, os demais cresceram 64% e 55% respectivamente. Esse fator também reforça uma tendência de queda na renda das famílias que antes não demandavam serviços de assistência estudantil, uma vez que os atendidos em benefícios com critérios socioeconômicos ainda são predominantemente estudantes autodeclarados pardos ou negros nos dois anos.

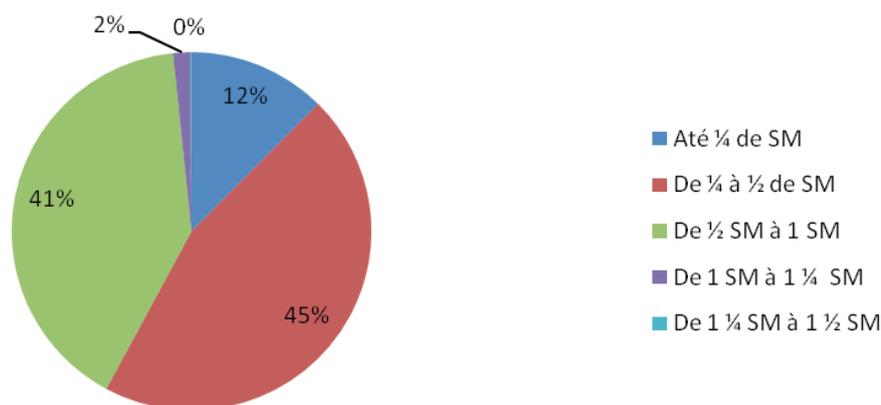


Figura 4 - Renda *per capita* declarada dos estudantes inscritos no processo de seleção dos benefícios com critérios socioeconômicos do *campus* Campos-Centro do IFF em 2015.

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

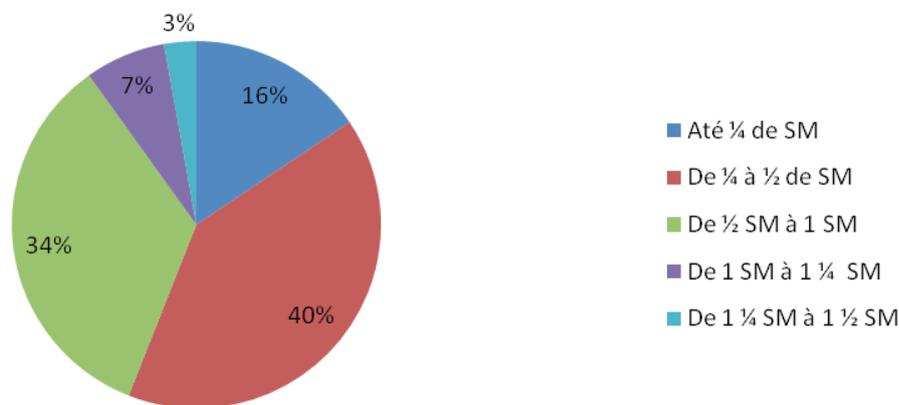


Figura 5 - Renda *per capita* declarada dos estudantes inscritos no processo de seleção dos benefícios com critérios socioeconômicos do campus Campos-Centro do IFF em 2016.

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

Um dos elementos mais diretamente relacionados à renda familiar, com impacto não apenas na sua composição como na sua estabilidade, se refere ao tipo de inserção ocupacional do principal responsável financeiro. Nesse aspecto, não se identifica mudanças muito substanciais. De maneira geral, em termos proporcionais, os responsáveis financeiros pelos estudantes são predominantemente trabalhadores privados formais e informais, 31% e 25% em 2015 e 31% e 26% em 2016, respectivamente. Em 2016, houve um crescimento no número de servidores públicos solicitantes², de 10% no ano anterior para 16%, e uma queda nos que se identificavam como sem qualquer ocupação (desempregados), de 10% para 6%. Aposentados (15%), profissionais liberais (6%) e agricultores (3%) tiveram variação igual ou inferior a 2%.

Por outro lado, o nível de escolaridade desses responsáveis apresentou mudança. Enquanto em 2015 os estudantes com responsáveis financeiros formados em cursos superiores (graduação e pós-graduação) correspondiam a 6% do total de inscritos, eles passaram para 15% em 2016. Com ensino médio variou de 42% para 45%, fundamental de 45% para 35% e analfabeto de 7% para 5%. Isso reforça mais uma vez o agravamento da situação socioeconômica dos estudantes em geral, com o movimento de entrada de famílias em um processo seletivo para benefícios para os quais não concorriam anteriormente.

Os demais dados do perfil socioeconômico dos estudantes concorrentes não apresentaram grandes variações entre os dois anos analisados. Apesar disso, eles são relevantes para compreender algumas características centrais na realidade de vida dos estudantes que demandam ações voltadas para sua permanência material na instituição. Entre esses dados, um que revela bastante sobre o nível de fragilidade da família diz respeito à comparação entre o total de membros e a quantidade de pessoas que contribuem diretamente para a renda familiar.

Destarte, percebe-se que a maioria das famílias era composta por quatro (34% em 2015 e 36% em 2016), três (26% e 27%) ou cinco membros (17% e 14%). Em seguida estão as configurações com apenas duas pessoas (12% nos dois anos), seguidas das que possuem seis ou mais indivíduos (9%, também dos dois casos). Por último, os estudantes que residem e se mantêm sozinhos representam de 1% a 3% do total de

2 Em 2015 e, principalmente, em 2016, muitos servidores estaduais do Rio de Janeiro vêm passando por dificuldades financeiras em função dos constantes atrasos no pagamento dos salários, aposentadorias e pensões. Esse crescimento certamente está relacionado diretamente a esse processo.

inscritos. Em geral, mais de 70% das famílias são caracterizadas, portanto, pela reunião de três ou mais pessoas. Essa característica poderia revelar uma situação de maior proteção financeira, considerando que mais indivíduos estariam disponíveis para compor ou recompor a capacidade de trabalho e de renda em situação de doença, desemprego, morte ou qualquer outra intempérie.

No entanto, o que se revela por meio dos dados produzidos é justamente o contrário. A maioria absoluta dessas famílias possui apenas um membro trabalhando (67% em 2015 e 68% em 2016). Soma-se o fato de que vários responsáveis não possuem qualquer tipo de proteção social via previdência, dado o significativo número de ocupações informais. Os estudos socioeconômicos para inclusão nos benefícios realizados pelos assistentes sociais revelaram ainda que muitos desses estudantes residem com irmãos em idade escolar ou com idosos, o que limita ainda mais as possibilidades de ampliação da renda familiar pela entrada de novos membros no mercado de trabalho.

A capacidade produtiva limitada da família articula-se com outros indicadores capazes de sinalizar a existência de gastos regulares com impacto sobre a renda familiar. Pelo menos 26% dos discentes são oriundos de áreas rurais dos municípios da região, apresentando gastos com deslocamento diferenciados daqueles que residem na área urbana. Os inscritos também informaram ter familiares com problemas de saúde em 26% dos casos em 2015 e 24% em 2016. Por último, 35% dos estudantes solicitantes declararam não possuir casa própria, dos quais, em média, 17% pagavam aluguel ou financiamento e 18% residiam em imóveis cedidos.

O perfil socioeconômico dos estudantes selecionados

Em relação aos contingentes totais de inscrição em 2015 (1030) e 2016 (1746), percebe-se um crescimento bastante acentuado, como já foi salientado. Não obstante, a proporção de estudantes atendidos chama ainda mais atenção, pois ocorreu um estacionamento no seu volume bruto³, com variações apenas de entrada e saída por conclusão de curso ou descumprimento de requisitos de nota e frequência, e uma redução brusca em termos percentuais. Enquanto em 2015 foram atendidos imediatamente no edital 556 estudantes, em 2016, os convocados nessa primeira etapa foram 475. Estes discentes representam 54% e 27% do total de inscrições, respectivamente.

Quando se faz referência ao atendimento “imediato” desses estudantes, apenas se busca evidenciar que a maioria dos benefícios manteve listas de espera durante o ano letivo (em especial o principal deles, a bolsa permanência IFF, com mais de 200 pessoas aguardando em cada ano). Pelo alto número de pedidos em 2016, a equipe de Serviço Social, composta por apenas quatro assistentes sociais, se viu obrigada a realizar cortes pela observação preliminar dos questionários, filtrando previamente os estudantes que passariam por estudos socioeconômicos. Para proceder tal corte, partiu-se dos dois itens principais definidos no PNAES – origem escolar e renda *per capita* declarada – o que culminou em aproximadamente 800 pedidos que sequer foram avaliados.

3 Apesar da aparente queda bruta de 81 vagas, na realidade não ocorreu uma diminuição em relação ao quantitativo geral ofertado no *campus*. Em 2016, os estudantes inseridos no auxílio moradia e no auxílio alimentação desde ano anterior não precisaram concorrer novamente à seleção, podendo apenas se recadastrar, caso mantivessem a matrícula ativa. Isso não foi possível em 2015 pela mudança geral dos critérios de seleção com a implantação do programa de assistência estudantil, fazendo com que todas as vagas fossem zeradas e disponibilizadas no edital.

Desse modo, os dados apresentados abaixo se referem exclusivamente aos estudantes convocados logo ao final dos processos seletivos, por conseguinte, dentro do número de vagas previsto no edital. Em um terceiro momento, as informações apresentadas neste subitem e no anterior serão comparadas e retomadas à luz de discussões recentes no âmbito das políticas sociais.

Inicialmente, o que mais se sobressai é a questão da renda familiar dos indivíduos convocados dentro das vagas do edital (Figuras 6, 7). Já em 2015, as pessoas atendidas possuíam em geral renda *per capita* de até um salário mínimo, bem abaixo do definido no PNAES. Essa característica foi agravada com o aumento da concorrência e o estacionamento da oferta em 2016.

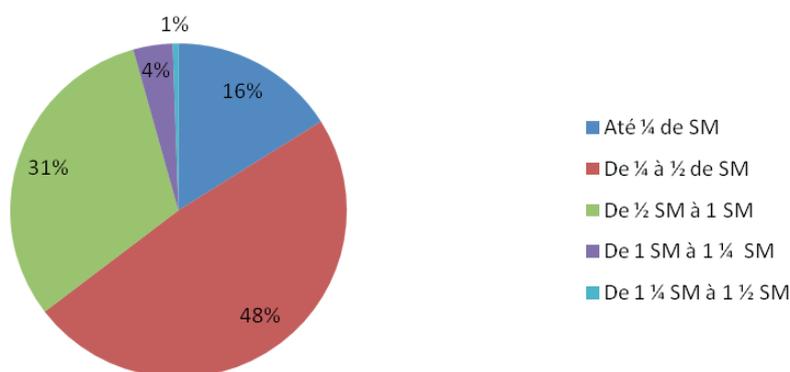


Figura 6 - Renda *per capita* declarada dos estudantes selecionados no processo de seleção dos benefícios com critérios socioeconômicos do *campus* Campos-Centro do IFF em 2015.

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

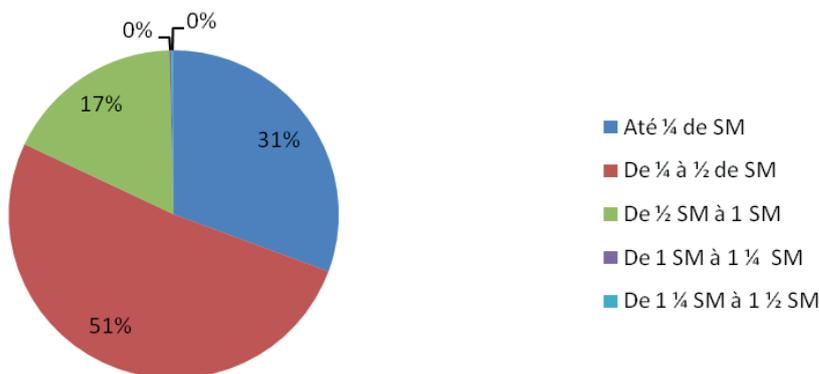


Figura 7 - Renda *per capita* declarada dos estudantes selecionados no processo de seleção dos benefícios com critérios socioeconômicos do *campus* Campos-Centro do IFF em 2016.

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

Nota-se um crescimento considerável da incidência de rendas inferiores a meio salário mínimo *per capita*, respondendo por 82% dos estudantes em 2016 ante 64% em 2015, índice que já poderia ser considerado alto. A maioria dessas pessoas poderia ser enquadrada nos perfis de renda de programas da Política de Assistência Social, como o federal Bolsa Família e o municipal Cheque Cidadão⁴. Aliás, o percentual

4 Mecanismo de transferência de renda ofertado pelo município de Campos dos Goytacazes – RJ na forma de vale compras em supermercados no valor de R\$200,00. Até janeiro de 2015, o programa atendia famílias com renda de até meio salário mínimo *per capita*, tendo reduzido esse critério para 30% de um salário mínimo *per capita* em janeiro de 2015.

de estudantes selecionados já inseridos em programas desse tipo aumentou de 25% para 34% entre os anos aqui apresentados. Nessa direção, percebe-se uma focalização de renda bastante elevada dos serviços de assistência estudantil, voltando-se majoritariamente para discentes muito pobres ou miseráveis.

Em 69% dos casos em 2015 e 81% em 2016 (Figuras 8, 9) essa renda provém do trabalho de uma única pessoa da família. As configurações que possuem dois trabalhadores representam 23% e 15%, já aquelas com três ou mais responsáveis financeiros respondem por 7% e 3% em cada um dos anos. Considerando, como se verifica abaixo, que aproximadamente 60% dos atendidos compõem grupos familiares com mais de quatro pessoas, essas informações detalham o alto nível de dependência dos membros em relação a um único provedor.

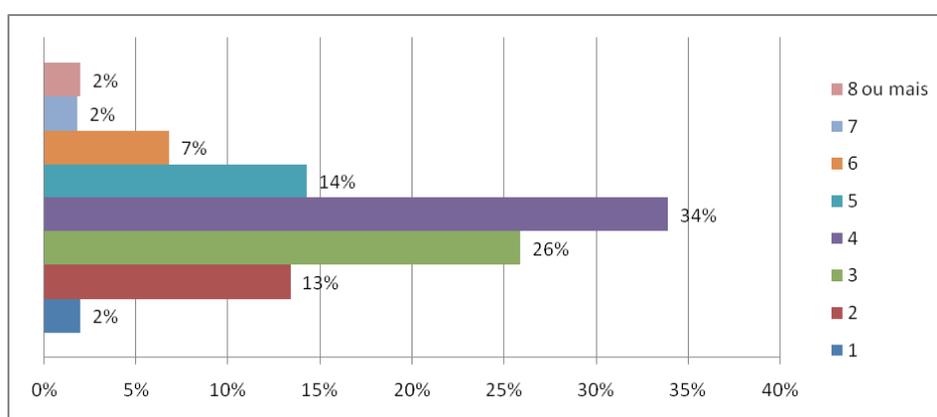


Figura 8 - Número de membros nas famílias dos estudantes selecionados no processo de seleção dos benefícios com critérios socioeconômicos do *campus* Campos-Centro do IFF em 2015.

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

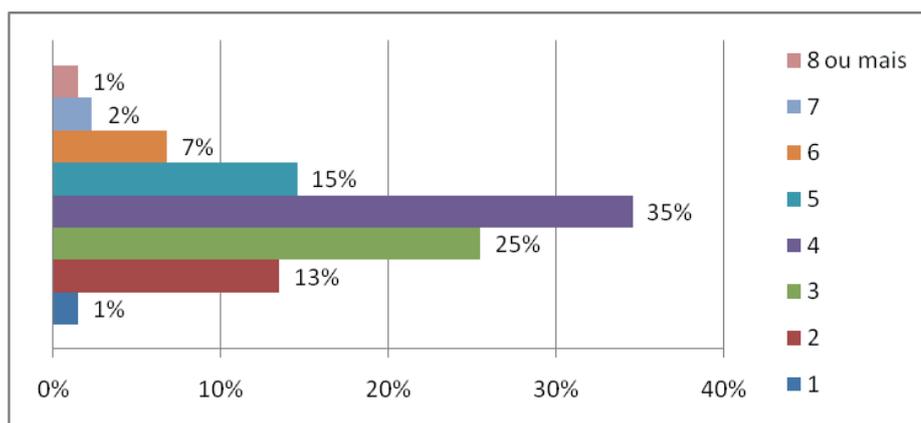


Figura 9 - Número de membros nas famílias dos estudantes selecionados no processo de seleção dos benefícios com critérios socioeconômicos do *campus* Campos-Centro do IFF em 2016.

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

Além do considerável número de membros e da predominância de um único responsável financeiro, outro fator precisa ser levado em consideração: o nível de escolaridade desses trabalhadores ou responsáveis (Figuras 10, 11). Chama atenção o fato de que 7% deles são analfabetos, 49% chegaram apenas ao ensino fundamental e os outros 44% são majoritariamente de pessoas com ensino médio. Dessa maneira, se

por um lado as famílias possuem muitos membros e apenas um único responsável financeiro por outro eles possuem, predominantemente, baixa qualificação formal.

Esse é mais um elemento agravante por condicionar a sazonalidade da renda, as condições de trabalho geralmente não reguladas e a ausência de proteção social pela contribuição incipiente à previdência, já que a maioria dos selecionados possui o trabalho informal como principal fonte de renda nas suas famílias. Nesse aspecto, a proporção de trabalhadores informais entre os selecionados, já bastante elevada em 2015, ganhou ainda mais visibilidade no processo seletivo seguinte.

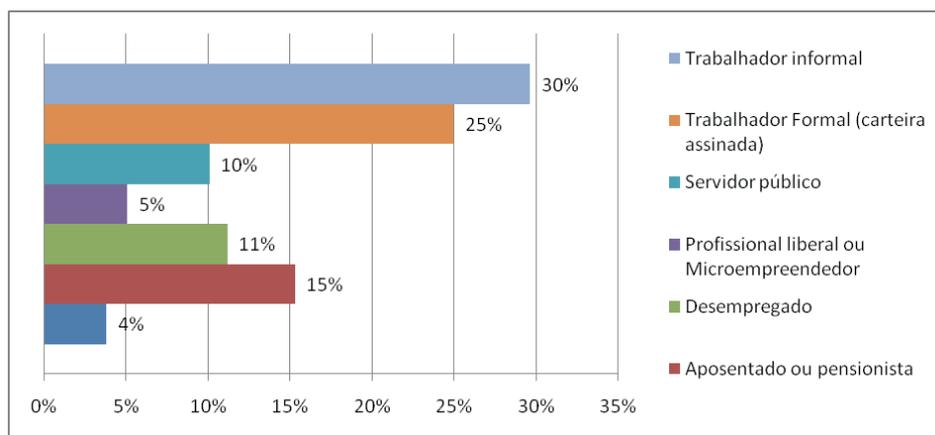


Figura 10 - Situação ocupacional do principal responsável financeiro dos estudantes selecionados no processo de seleção dos benefícios com critérios socioeconômicos do *campus* Campos-Centro do IFF em 2015.

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

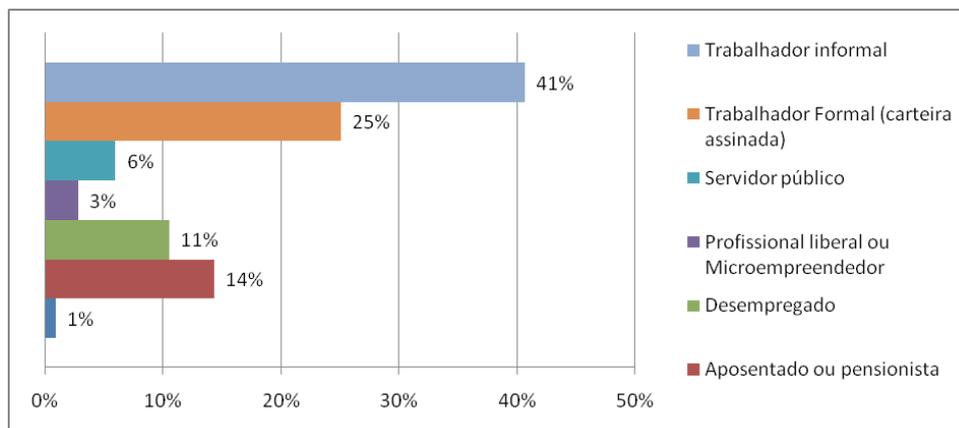


Figura 11 - Situação ocupacional do principal responsável financeiro dos estudantes selecionados no processo de seleção dos benefícios com critérios socioeconômicos do *campus* Campos-Centro do IFF em 2016.

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

No que tange à origem escolar dos estudantes convocados, promoveu-se uma centralidade na concessão dos benefícios para os oriundos de escola pública, respondendo por 88% dos selecionados em 2015 e 89% em 2016. Em segundo lugar, estão aqueles que tiveram trajetórias mistas na escola pública e na particular (8% e 9%), enquanto os discentes oriundos exclusivamente de instituições privadas (com ou sem bolsa) variaram de 0% a 3%.

Quanto à autodeclaração de raça, 56% e 59% se identificaram como negro, pardo ou índio, enquanto 44% e 41% se caracterizaram como branco ou amarelo, em 2015 e 2016. Também sem muitas variações estão as informações sobre a existência de pessoas com doenças com impacto sobre a renda, aproximadamente um quarto dos casos atendidos nos dois anos. Ainda em relação aos fatores com efeitos sobre as receitas das famílias, 22% declararam gastos com aluguel ou financiamento imobiliário em 2015 e 14% em 2016. Essa queda no percentual de discentes com despesas na moradia familiar se deu contraditoriamente ao aumento dos custos com deslocamento, dado o crescimento da parcela de estudantes residentes nas áreas rurais do município e da região (de 30% para 37%).

Algumas considerações sobre os dados de perfil socioeconômico

As informações sobre o perfil demonstram nitidamente um processo de agravamento geral nas condições de vida dos estudantes do IFF, materializados no aumento vultoso da demanda por benefícios com critérios socioeconômicos de um ano para o outro. Esse processo não está desvinculado de um movimento mais amplo de retomada do crescimento da pobreza em cenário nacional. Por meio da Síntese dos Indicadores Sociais de 2016, o IBGE (2016) já vinha demonstrando essa tendência ao identificar que o número de pessoas vivendo com até um quarto de salário mínimo *per capita* subiu de 7,9% da população residente em domicílios no país em 2014 para 9,2% em 2015, índice mais alto desde 2010.

Em relação às crianças e jovens, os dados são ainda mais alarmantes, já que 17,6% dos que possuem de 0 a 4 anos e 18% dos que têm de 5 a 14 anos estão nessa situação. Cabe resgatar que a pobreza no capitalismo não provém do fenômeno da escassez que marcou os modos de produção anteriores, mas essencialmente da sua natureza desigual fundada na produção de valor pela exploração do trabalho. Nesse contexto, há um movimento cíclico de entrada e expulsão de trabalhadores do circuito produtivo, tendo o exército industrial de reserva o papel fundamental de garantir essa reposição e de manter um nível lucrativo de composição orgânica do capital (MARX, 2013).

O crescimento do desemprego no país, com impacto direto sobre os índices de pobreza, faz parte dessa engrenagem revelada pela Lei geral da acumulação capitalista. Justamente pelo reconhecimento de que tais elementos – exploração, desemprego e pobreza – são estruturais, com picos em períodos de crise, a política social foi construída e generalizada nos países centrais como um dos mecanismos de redução da desigualdade absoluta, mantendo-se a estrutura social vigente (NETTO; BRAZ, 2010).

No entanto, o que se nota na trajetória brasileira são iniciativas que vão de encontro a essa concepção de *Estado Social*. Aliás, o que se viu no Brasil pós-redemocratização foram inúmeras tentativas de desconstrução das políticas de proteção social conquistadas na Constituição Federal de 1988. Sob a lógica de governos de orientação neoliberal, principalmente na década de 1990 (PERONI, 2003) e agora após o *impeachment* de Dilma Rousseff no governo Temer, promove-se um duro ataque às políticas sociais e aos direitos por elas assegurados.

Enquanto no período de FHC (Fernando Henrique Cardoso) essa desfiguração dos direitos sociais se materializou com a implantação das propostas de reforma do Estado (BRASIL, 1995), agora, no governo Temer, a principal iniciativa tomada revela-se pela aprovação da emenda constitucional 95 de 2016. Essa mudança na

Carta Magna cria o Novo Regime Fiscal, com congelamento dos investimentos e gastos públicos da União por vinte anos a partir de 2017, inclusive nas áreas de educação, saúde e assistência social. Atualmente ainda caminham no Congresso Nacional as propostas de reformas na previdência.

Assim, a tendência geral tem sido a restrição e redução de direitos, sob o argumento de crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p.156)

Em um momento de conjuntura política e econômica atípica como este, com aprofundamento da desigualdade nacionalmente, os mecanismos de proteção social via Estado têm sido minimizados, inclusive no que tange às iniciativas com finalidade de garantir a permanência na educação. No caso do IFF, ocorreu um congelamento no orçamento da assistência estudantil, o que, por conseguinte, acarretou na limitação da capacidade de financiamento.

Os resultados produzidos por essas situações materializam-se numa evidente intensificação da focalização das ações voltadas para os estudantes definidos como público prioritário pelo PNAES. Se em 2015 as faixas de renda dos atendidos já eram significativamente inferiores ao definido no Plano Nacional, as Figuras 6 e 7 informam uma nova restrição, agora em direção aos muito pobres e miseráveis, aqueles que vivem com menos de um quarto de salário mínimo identificados pelo IBGE (2016). Algo parecido vem ocorrendo também na Universidade Federal Fluminense, em que a faixa de renda dos discentes atendidos pela assistência estudantil raramente ultrapassa um salário mínimo (PINTO, 2015, p. 156).

Esse processo, como já se observou, não se dá sem impactos sobre suas vidas acadêmicas. Impossibilitados de acessar os serviços de assistência estudantil pelo alto grau de seletividade dos mesmos, a maioria dos estudantes com perfil de renda e origem escolar definidos no Decreto 7.234 de 2010 ficou sem acesso ao suporte da assistência estudantil nos anos pesquisados, conforme se verifica abaixo (Tabelas 1, 2):

Tabela 1 – Perfil de renda dos estudantes não selecionados nos processos seletivos da assistência estudantil

| Faixas de renda | Ano | | | |
|--------------------|------|-----|------|-----|
| | 2015 | | 2016 | |
| Até ¼ de SM | 41 | 9% | 111 | 9% |
| De ¼ à ½ de SM | 209 | 44% | 414 | 33% |
| De ½ SM à 1 SM | 214 | 45% | 472 | 37% |
| De 1 SM à 1 ¼ SM | 9 | 2% | 115 | 9% |
| De 1 ¼ SM à 1 ½ SM | 1 | 0% | 46 | 4% |
| Mais 1 ½ SM | 0 | 0% | 114 | 9% |
| Total | 474 | | 1272 | |

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 2 – Origem escolar dos estudantes não selecionados nos processos seletivos da assistência estudantil

| Origem escolar | Ano | | | |
|---|------|-----|------|-----|
| | 2015 | | 2016 | |
| Parte em escola pública e parte em particular | 65 | 14% | 331 | 26% |
| Sempre em escola pública | 387 | 82% | 704 | 55% |
| Sempre em escola particular sem bolsa | 7 | 1% | 147 | 12% |
| Sempre em escola particular com bolsa | 15 | 3% | 90 | 7% |
| | 474 | | 1272 | |

Fonte: Dados da pesquisa.

No entanto, isso não parece ser visto como um problema para executivo federal ou para a opinião pública. Pelo contrário, como se percebe nas formulações de Behring e Boschetti, (2010), Freire (2013) e Netto, (2013) há uma tendência internacional, orientada pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial, de se transmutar o conjunto das políticas sociais em políticas seletivas voltadas exclusivamente para os pobres e miseráveis. No caso da assistência estudantil não vem ocorrendo algo diferente, conforme demonstram as pesquisas de pós-graduação realizadas por Nascimento (2014), Dumaresq (2014) e Leite (2015). Todas essas autoras identificaram tendências de focalização do público e necessidade de ampliação da oferta em seus diferentes contextos de estudo sobre a assistência estudantil nos estados de Sergipe, Ceará e Pernambuco. Há, como identificou Nascimento (2014), uma situação bastante recorrente nas diversas IFES caracterizada pela precarização e pelo subfinanciamento da área.

As dificuldades socioeconômicas dos estudantes, porém, não se restringem apenas à questão da renda *per capita* baixa. Como ficou demonstrado, as famílias desses discentes são formadas, em mais de 50% dos casos nos dois anos, tanto entre os inscritos quanto entre os selecionados, por quatro pessoas ou mais. Por outro lado, a maioria absoluta delas possui um único responsável financeiro, com uma predominância expressiva do trabalho informal entre os que se tornaram bolsistas.

Essas características se coadunam com as teses levantadas por Kowarick (1994) e Flach (2009) em relação papel central e histórico da informalidade na constituição do mercado de trabalho no Brasil, marcado pelo baixo nível de acesso formal à educação e aos demais direitos sociais. Destaca-se ainda que a baixa escolaridade, juntamente com gastos regulares com transporte e saúde (justamente pela falta de acesso às demais políticas sociais), configura um contexto adverso no qual muitos estudantes se vêem obrigados a compor ou recompor a força de trabalho das suas famílias para garantir a sobrevivência e a reprodução de seus membros, conforme já demonstrou Zago (2006).

Considerações finais

Se por um lado a expansão do acesso aos ensinos tecnológico e superior pode representar uma possibilidade de superação do ciclo de pobreza, informalidade e baixa qualificação em situações particulares, conforme identificou Inácio, Fahel e Estrella, (2007) e Vargas (2011); por outro, não se pode perder de vista que, sem condições materiais efetivas, por meio de ações regulares e suficientes de assistência estudantil, essas possibilidades são consideravelmente reduzidas.

Nessa direção, este trabalho buscou evidenciar um dos limites que os serviços de assistência ao estudante vêm enfrentando no interior das instituições federais de ensino: a questão da abrangência. Por meio de uma análise detalhada do perfil dos discentes ficou evidente um processo bastante acentuado de focalização das ações em públicos cada vez mais empobrecidos, em geral com situação socioeconômica compatível com programas de transferência de renda da Política de Assistência Social.

Paralelamente, com o agravamento das crises política e econômica no cenário nacional, a demanda pelos serviços financiados pelo PNAES tem crescido. Sem aumentar a oferta dos benefícios, isso tem feito surgir no Instituto Federal Fluminense listas de espera cada vez mais extensas de pessoas com necessidades socioeconômicas diversas. Essas informações podem ser utilizadas para subsidiar novos estudos e para se pressionar politicamente, dentro e fora das instituições, por novas soluções e pela ampliação do financiamento para a área.

Não obstante, tais pretensões não podem fazer perder de vista as reais possibilidades das políticas sociais no modo de produção capitalista, que não visam o rompimento com a lógica de exploração e produção da desigualdade, mas apenas a amenização de algumas de suas sequelas (BEHRING; BOSCHETTI, 2010). Com a educação, e dentro dela a assistência estudantil, não seria diferente, apesar da sua relevância histórica como direito social e, portanto, como bem social imprescindível à garantia do valor da dignidade humana, princípio fundamental da Carta Magna de 1988.

Referências

- BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. Estados Unidos: Banco Internacional de Reconstrução e Fomento, 1994.
- BANCO MUNDIAL. **Construir sociedades de conocimiento**: nuevos desafíos para la educación terciaria. Estados Unidos: Banco Internacional de Reconstrução e Fomento, 2002.
- BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**, Brasília: Presidência da República, 1995.
- BRASIL. **Decreto nº 7.234/2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de assistência estudantil (PNAES). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em 06 de janeiro de 2015.
- BRASIL. **Lei 12.711 de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-014/2012/lei/12711.htm>. Acesso em 05 de março de 2016.
- BRASIL. **Gastos diretos do governo**. 2017. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em 06 de junho de 2017.
- CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Lei Municipal nº 8.615 de 2015**. Altera a Lei Municipal nº 7.956, de 14 de novembro de 2007, e dá outras providências. Disponível em: <www.campos.rj.gov.br/up/diario_oficial.php?id_arquivo=1694>. Acesso em 05 de junho de 2017.
- DUMARESQ, Z. **Análise da política de assistência estudantil no âmbito Instituto Federal do Ceará – campus de Fortaleza – sob o olhar dos discentes**. 2014. 119 f. Dissertação (mestrado profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- FELIPPE, J. Capitalismo e trabalho: conexões entre a informalidade e a formalidade no Brasil. **Magistro**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 12-25, 2014.
- FELIPPE, J. Crescimento da oferta e a permanência dos estudantes: o debate sobre a assistência estudantil e os desafios da educação superior pública no Brasil. **Revista Cocar**. Belém, v. 10, n. 20, p. 113-130, 2016.
- FLACH, S. O direito à educação e sua relação com a ampliação da escolaridade obrigatória no Brasil. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 64, p. 495-520, 2009.

FONAPRACE. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das universidades federais brasileiras**. Brasília: FONAPRACE, 2011.

FREIRE, S. Políticas sociais para a pobreza: a pobreza das políticas. In: SOUZA, G. (Org.) **O Social em perspectiva: Políticas, trabalho, Serviço Social**. Maceió: EDUFAL, p. 47-61, 2013.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads>>. Acesso em 30 de maio de 2018.

INÁCIO, M.; FAHEL, M.; ESTRELLA, J. Transferindo recursos para os estudantes no Brasil: mais escola e menos trabalho infanto-juvenil?. In: FAHEL, M.; NEVES, J. **Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LEITE, J. **As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva**. 2015. 546 f. Tese (doutorado em serviço social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MARX, K. **O capital**. Livro I, volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MEC. **Ofício-Circular nº 2/2016/DIPES/SESU/SESU-MEC**. 2016. Disponível em: <<http://www.unirio.br/prae/mec-suspende-novas-inscricoes-para-o-programa-bolsa-permanencia>>. Acesso em 14 de julho de 2017.

NASCIMENTO, A. **Uma análise das ações de assistência estudantil no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe**. 2014. 153 f. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2014.

NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. In: SOUZA, G. (Org.) **O Social em Perspectiva: políticas, trabalho, serviço social**. Maceió: EDUFAL, p. 12-45, 2013.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2010.

PERONI, V. **Política educacional e o papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PINTO, G. **A política de assistência estudantil da UFF em duas faces: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil**. 2015. 266 f. Tese (doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VARGAS, M. Ensino Superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação**. Campinas, Sorocaba: Universidade de Sorocaba, v. 16, n. 1, p. 149-163, 2011.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11, n.32, p. 149-163, 2006.

Enviado em: 14/julho/2017

Aprovado em: 22/maio/2018